

Novas formas de organização do trabalho e oportunidade de emprego: a economia solidária como dispositivo para inclusão das mulheres no mercado de trabalho

Natália Silva Colen ¹

GT: Economia Solidária e Cooperativismo

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo trazer para o bojo das discussões, proposições sobre a economia solidária e o cooperativismo como dispositivos importantes para mudanças nas formas de organização do trabalho. Enfatizaremos aqui a economia solidária como dispositivo importante para inclusão das mulheres no mercado de trabalho proporcionando novas conjunturas sociais no que diz respeito ao envolvimento do trabalhador com a produção, das mudanças de suas condições de trabalho e para uma nova forma de geração de renda aos estratos sociais que antes não integravam o mercado de trabalho, aqui especificamente as mulheres. Para tanto teceremos algumas questões sobre o modelo capitalista hegemônico e suas formas de produção e exploração, o trabalho das mulheres na sociedade capitalista, a divisão sexual do trabalho, assim como as importantes mudanças que a economia solidária trouxe para esse cenário. Para realização deste estudo lançou-se mão de pesquisas bibliográficas.

Palavras chaves: economia solidária, capitalismo, mulheres, trabalho.

Introdução:

Antes, como dizíamos, eram fábricas verticais, absorventes, atuando através de rígidas hierarquias. Máquinas grandes, caras, pesadas, exigindo planejamento, estabilidade e produtos iguais. Economia de escala. Produção em série para um consumo crescente. Peças intercambiáveis, correias transportadoras. Gestos se reprisando. Trabalhadores também homogêneos, *em massa*. Para vender, bastava produzir. A fábrica virtualmente ditava o quê e quanto o mercado compraria Tudo vinha pronto do escritório, planejado a longo prazo, o pensar separado do fazer. Calculava-se o custo, estimava-se o lucro e fixava-se o preço, de cima para baixo, na mesma sequência do ciclo produtivo. (VIANA)

Segundo SLOAN (2003), o termo capitalismo refere-se a um sistema econômico geral e a seu modo de produção de mercadorias. Nas economias capitalistas, os meios de produção (fábricas, serviços, ferramentas, materiais) são individualmente possuídos. Por causa da propriedade privada, os lucros da venda dos produtos são acumulados por proprietários e investidores.

Nas economias capitalistas os trabalhadores, usualmente, não estão em uma posição que permita ganhar o suficiente para participar ativamente na acumulação de capital. Em vez disso, eles competem entre si no mercado de trabalho, vendendo seu tempo, sua energia e suas habilidades pelos melhores salários que põem conseguir. (SLOAN, 2003, p.229)

¹ Graduanda do Curso de Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica e Minas Gerais (PUC-MG)

O desenvolvimento do capitalismo, portanto, vem imprimindo uma dinâmica de incorporação e exclusão da força de trabalho da mulher conforme sua necessidade de acumulação. Vale ressaltar também que esta incorporação se dá de forma marginalizada, percebida, por exemplo, na remuneração das trabalhadoras que ainda é inferior a dos homens.

Re-pensando a organização do trabalho: novas formas de ser trabalhar

Para se compreender a luta das mulheres na conjuntura atual é necessário levantar algumas questões sobre o trabalho, começando por sua divisão social.

É a divisão social do trabalho que distingue campo e a cidade, o trabalho comercial do industrial, intelectual e manual, trabalho de mulheres e homens, etc. Quanto mais complexa é uma sociedade, mais dividido está seu trabalho social. (BEZERRA e DUMONT, s/d)

A divisão sexual do trabalho pode ser concebida como uma articulação simultânea das relações sociais de classe e de sexo, entendendo-as como relações de exploração e opressão respectivamente, sendo o patriarcado conduzido de forma dependente do capitalismo e o capitalismo por sua vez dependente do patriarcado (BEZERRA e DUMONT, s/d).

A divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de *separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de *hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher), ao mesmo tempo em que ocorre a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (BEZERRA e DUMONT, sd, p.3)

Isso se enfatiza quando constatamos que ainda hoje as mulheres continuam recebendo menos que os homens desempenhando a mesma atividade, ocupam menos cargos de chefias e gerencia, ocupam cada vez mais funções precarizadas de trabalho, sendo as maiores vítimas do desemprego.

Desse modo, surge a necessidade da criação e expansão de movimentos que respondam à situação de exploração, desemprego e precariedade vivenciados pelas mulheres no regime capitalista. Tem-se, portanto, a economia solidária como um desses movimentos, sendo de enorme importância para a luta contra opressão e desigualdade às mulheres.

De acordo com SINGER (2003), a economia solidária pode ser entendida como o conjunto de atividades econômicas, de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

GAIGER (2000), acredita que a economia solidária estaria apontando para a possibilidade de criação de uma forma social de produção diferente, que convive com a produção capitalista. Já para LISBOA (2000), esta foi concebida para atuar fora da esfera estatal e em paralelo à economia mercantil, fundando-se na tradição familiar, na economia camponesa, no trabalho por conta própria, nos empreendimentos autogestionários.

Como elucida BAREMBLITT (1994), a autogestão os coletivos mesmo deliberam e decidem. Eles têm maneiras diretas de comunicar as decisões. Existem hierarquias em matéria de potência, peculiaridade e capacidade de produzir; mas não há hierarquias de poder, ou seja, a capacidade de impor a vontade de um sobre o outro, pois esses

dispositivos estão feitos de tal maneira que as decisões de fundo são tomadas coletivamente.

Costuma-se crer que os processos atogestivos implicam uma falta completa de dominações, hierarquias, quadros, especificidades, etc. Na realidade, é difícil pensar qualquer processo organizativo que não inclua uma certa divisão do trabalho - os processos são muito complexos -que não implique certa hierarquia de decisão, de deliberação. Esses são funcionamentos inerentes a qualquer processo produtivo. Mas vejam bem: existirão hierarquias, existirão gerências. Mas a existência de hierarquias não implica diferença de poder não equivale a autarquia ou arbitrariedade na capacidade de decidir. Implica apenas uma certa especialização em algumas tarefas. (BAREMBLITT, 1994 p.20)

Este tipo de relacionamento não seria meramente comercial, mas se constroem relações de troca onde todos devem se sentir co-participantes da proposta da economia solidária, seja ele consumidor, produtor ou fabricante de produtos utilizados na fabricação de outros produtos. As formas de se relacionar surgem espontaneamente, são criadas e recriadas aos poucos (SINGER & SOUZA, 2000).

Ao contrário da economia solidária, a economia capitalista tem a maximização dos lucros e o trabalho individual como metas, o que aumenta as diferenças entre quem tem capital e quem não tem, tornando-se difícil a sobrevivência desse último no mundo econômico, jogando-o num lugar de exclusão social. (GUIMARÃES, 2002).

MACHADO e RIBAS (2002) apontam que o objetivo central da economia solidária é a geração de possibilidades econômicas destinadas à reintegração dos “excluídos” pela ordem neoliberal de forma que passem a pertencer novamente ao processo de produção e, portanto, com possibilidade de trabalho e de renda. Para compreender a lógica da economia solidária, segundo SINGER (2000), é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo, que condena a ditadura do capital nas empresas e o poder ilimitado que o direito de propriedade dá ao dono dos meios de produção.

Levando-se em consideração as desigualdades e a divisão sexual do trabalho, notamos que o lugar da mulher no mercado capitalista foi sempre subjugado e desvalorizado o que causou a exclusão de inúmeras mulheres do mercado de trabalho. Muitas dessas mulheres impossibilitadas de concluir os estudos, ou de se inserirem em uma atividade remunerada, valorizada, foram ao longo da história ficando para trás, às margens do desemprego, se dedicando exclusivamente aos trabalhos domésticos.

Desse modo, muitas mulheres que procuram as atividades da economia solidária são mulheres que foram impedidas, por todo o histórico de desigualdade de gênero, e da divisão sexual do trabalho de se inserirem no mercado. Logo, acredita-se que a economia solidária é uma importante forma de inserir essas mulheres no bojo do trabalho, de forma, que possam em conjunto reivindicar por condições mais justas de trabalho e de produção.

A economia solidária decorre de um conjunto de circunstâncias que pressionaram pela busca de saídas para a difícil situação atual da classe trabalhadora. Acreditamos que as experiências neste campo resultam de um processo contínuo de trabalhadores em luta contra desigualdades, provocadas pelo capitalismo. (COUTINHO, *et al* 2005).

Assim pode-se pensar que a economia solidária é um grito dessas mulheres que dizem à sociedade que elas são capazes de gerir seu próprio trabalho, tendo condições mais humanas, solidárias e cooperadas em seu processo de produção, assim como, a valorização e reconhecimento que nunca antes tiveram.

Importante destacar aqui, que não se pretende entender que o cooperativismo tamponará as desigualdades de gênero e da divisão do trabalho, pretende-se ao contrário, denunciar tais desigualdades e apontar uma alternativa para essas mulheres, que não integram o mundo do trabalho, de que é possível lutar contra as desigualdades trazidas pelo capital e tentar novas formas de organização do trabalho.

O cooperativismo e as atividades de economia solidária oportunizam que as mulheres se envolvam na luta coletiva contra a opressão, injustiça e desigualdades, antes enfrentadas individualmente.

Considerações Finais:

Os desafios a serem enfrentados no combate à opressão das mulheres são internos pela necessidade de construir relações de igualdade de fato entre homens e mulheres no cotidiano da organização, e também externos, pela necessidade de construir relações de igualdade de fato entre homens e mulheres em toda a sociedade e, essencialmente, no bojo da classe trabalhadora

Assim, faz-se necessário que as mulheres se auto-organizem, uma vez que além de terem a tarefa de toda a classe trabalhadora de revolucionar sua condição de explorada pelo capital, têm também a tarefa de revolucionar sua condição de opressão por ser mulher, tarefa que cabe somente a elas protagonizar.

A auto-organização possibilita construir a solidariedade ao reconhecer a opressão e perceber com clareza os danos que ela causa às mulheres, individual e coletivamente. Permite o fortalecimento das mulheres para que possam se colocar em posição de igualdade com os homens no dia-a-dia da luta revolucionária.

Desse modo, a economia solidária pode contribuir em grande medida para que as mulheres deixem o lugar de oprimidas e segregadas e ocupem espaço, estabelecendo relações mais justas, igualitárias e menos opressoras.

Referências Bibliográficas:

SINGER, P; SOUZA, A.R (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

VASCONCELOS, E.M. **O que é Psicologia Comunitária?** São Paulo: ed. Brasiliense, 4ª ed., 1989.

COUTINHO, M.C.; RODRIGUES, H.B.C. *et al.* BEIRAS, A.; PICINI, D.; LUCKMAN, GL. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. In: **Psicologia & Sociedade**, v.1, n.1, p.7-13, jan/abr., 2005.

MACHADO, L.C. P e RIBAS, C. **Economia solidária: solução ou engodo?** Florianópolis: UFSC, [digitado], 2002.

GUIMARÃES, Gonçalo (org). **Sindicalismo e Cooperativismo: a economia Solidária em debate – transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: Unitrabalho, 2002.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes**. São Paulo: Editora Rosa dos ventos, 1994.

GAIGER, L.I. Sentido e possibilidade da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. et al. (org). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.167-190.

LISBOA, A. de M. **Empresa Cidadã: na metamorfose do capital?** Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

SINGER, P. **Economia Solidária**. In: CATTANI, A. A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. (2003)

SLOAN, T. **Globalização, Pobreza e Justiça Social: papéis para os psicólogos**. In: Psicologia Social para América Latina.